

Revista de
Arqueologia Pública

ARTIGO

**ARQUEOLOGIA EM
CONTEXTOS DE REPRESSÃO E
RESISTÊNCIA:
A GUERRILHA DO ARAGUAIA**

Patricia Sposito Mechi
Michel Justamand

Dossiê

No. 10
ISSN 2237-8294
dezembro de 2014

ARQUEOLOGIA EM CONTEXTOS DE REPRESSÃO E RESISTÊNCIA:

A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Patricia Sposito Mechi¹
Michel Justamand²

RESUMO

O artigo discute a abordagem interdisciplinar no estudo de contextos de repressão e resistência, focando especificamente na contribuição arqueológica para o desvendamento das histórias ocultadas da última ditadura brasileira a partir do caso da guerrilha do Araguaia. Para isso, são levantados alguns aspectos deste que foi um dos episódios mais violentos do período, indicando temas identificados a partir da análise das fontes e da bibliografia disponível, em que a arqueologia pode oferecer relevantes contribuições.

Palavras-chave: arqueologia; ditadura; repressão; resistência; guerrilha do Araguaia.

ABSTRACT

The article discusses the interdisciplinary approach to the study of contexts of repression and resistance, focusing specifically on archaeological contribution to revealing the hidden stories of the last Brazilian dictatorship, from the case of the Araguaia's guerrilla. In this regard, some aspects of this are raised, which was one of the most violent episodes of the period, indicating themes, identified from the analysis of the sources and the available literature, in which archeology can provide relevant contributions.

1 Professora adjunta da UFT – Universidade Federal do Tocantins. Doutora em História Social pela PUC-SP. Líder do Centro de Estudos de História da América Latina do Tocantins (CEHAL-TO), pesquisadora do Centro de Estudos de História da América Latina (PUC-SP) e do grupo de pesquisa Arqueologia da repressão e da resistência (UNICAMP). E-mail: patriciamechi@hotmail.com

2 Professor adjunto da UFAM – Universidade Federal do Amazonas, Pós-Doutor em História, Doutor em Antropologia e Graduado em História pela PUC-SP; e vinculado ao grupo de pesquisa Arqueologia da repressão e da resistência (UNICAMP). E-mail: micheljustamand@yahoo.com.br

Keywords: archeology; dictatorship; repression; resistance; Araguaia guerrilla.

Resumen: El artículo analiza el enfoque interdisciplinario en el estudio de los contextos de represión y resistencia, centrándose específicamente en la contribución arqueológica para revelar las historias ocultas de la última dictadura brasileña desde el caso de la guerrilla de Araguaia. Para eso, son levantados algunos aspectos de este que se trata de uno de los episodios más violentos de la época, indicando temas identificados a partir del análisis de las fuentes y la literatura disponible, en los que la arqueología puede proporcionar contribuciones pertinentes.

Palabras clave: arqueología; dictadura; represión; resistencia; guerrilla de Araguaia.

DITADURAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA, FONTES HISTÓRICAS E ARQUEOLOGIA

Uma das características da ditadura civil-militar brasileira que vigorou no país entre 1964 e 1985 foi o fato de esconder as práticas repressivas que se desenvolviam tanto contra militantes quanto contra a população comum, ambos vistos, pela ótica do regime, como potenciais subversivos. A este ocultar em vigor à época, somou-se, após o fim da ditadura, um esforço por parte dos agentes da repressão, para apagar os sinais dessas atividades. Foram feitos mutirões em delegacias para desaparecer com indícios comprometedores, destruiu-se documentos em órgãos públicos e as instituições militares recusam-se, até os dias atuais, em disponibilizar seus arquivos do período.

Por outro lado, a dinâmica própria dos setores de repressão durante a ditadura fez com que estes replicassem documentos, que eram enviados às diversas instituições e instâncias do poder, o que traz algum alento aos pesquisadores. Como vem revelando os recentes estudos sobre a estrutura da repressão, ela era ramificada, composta de elos legais e ilegais e obedecia a uma cadeia de comando, que incluía desde a Presidência da República, no topo e, em geral, oficiais de baixa patente na ponta (STARLING, 2014).

Entretanto, mesmo com o volume de informações disponíveis, pode-se tomar como certo que houve atividades repressoras que, pela sua natureza, não deixaram registros escritos. É o caso, por exemplo, dos centros clandestinos de tortura e desaparecimento que existiram no período da última ditadura, dos quais foram identificados mais de quinze centros (IDEM).

A historiografia e outras ciências que se valem de registros do passado para investigar as sociedades sempre lidaram com registros escritos fragmentários por diversos motivos. Dificuldades ou falta de interesse em preservar e armazenar a

documentação são realidades constantes enfrentadas por estudiosos de diversos temas. No Brasil, talvez o caso mais conhecido de destruição deliberada de documentos caros aos historiadores refira-se aos da escravidão, queimados em 1890 por ordem de Ruy Barbosa, quando era Ministro da Fazenda, durante o governo de Deodoro da Fonseca.

Mesmo em períodos ditos democráticos, as práticas dos órgãos repressivos são difíceis de serem rastreadas por meio de registro escrito, já que muitos desses órgãos fomentam práticas que se situam fora da lógica da legalidade instituída por essas mesmas sociedades. Certamente, a primazia do documento escrito oficial, considerado como “portador da verdade”, foi a muito deixada de lado por profissionais da área, que buscam compreender o documento em seu momento de produção; entretanto, se perdeu a primazia, isso não significou seu abandono como fonte e se reconhece que em determinados temas, em particular aqueles que se centram no estudo do Estado, das práticas de governos e suas instituições, o registro escrito oficial ainda tem importância fundamental. Se o alargamento das possibilidades documentais não excluiu delas o documento escrito, somam-se a eles outras fontes de análise, num campo constantemente enriquecido com novos aportes, como os fotográficos, sonoros, artísticos, orais, além de outros vestígios da cultura material.

Assim, sobre registros escritos lacunares ou inexistentes, destruídos deliberadamente ou por negligência, é possível contar com outras fontes documentais, como as citadas acima. Nesse aspecto existem cada vez mais frequentemente, esforços interdisciplinares sobre temas que apresentam grande interesse e relevância social. Nosso foco no presente artigo é problematizar um dos campos que é capaz de trazer contribuições relevantes para estas investigações; trata-se da arqueologia, em particular, a arqueologia histórica, como é conhecida a vertente que estuda os vestígios humanos mais recentes, e que é, em muitos casos, politicamente engajada. No presente texto, nos voltamos para os temas da última ditadura brasileira, tomando como caso a guerrilha do Araguaia.

Os estudos arqueológicos têm contribuído para os esforços que vêm se realizando em alguns países latino-americanos, para resgatar as histórias ocultas, encobertas ou esquecidas e deliberadamente distorcidas da vaga ditatorial que assolou diversos países do continente a partir da segunda metade do século XX. A análise da documentação dos períodos ditatoriais, necessariamente lacunar e fragmentária, se beneficia das técnicas, reflexões e problematizações próprias da arqueologia. Como afirmam Justamand, Mechi e Funari, ela “emerge como a ciência que contribui para o esclarecimento dos procedimentos repressivos e para a recuperação da história dos desaparecidos” (JUSTAMAND et alii, no prelo).

Em sua origem, a arqueologia esteve a serviço do imperialismo, e forneceu explicações, instrumentos e “provas” da superioridade do homem branco europeu.

Esteve vinculada aos grandes projetos de dominação do capitalismo imperialista em sua expansão sobre o mundo, interferindo de maneira decisiva e irreversível em diversas comunidades espalhadas pelo globo. Muitos grupos humanos desapareceram, outros foram submetidos de formas variadas aos desmandos das potências. Nesse contexto, a arqueologia vinculou-se aos projetos levados a cabo pelos opressores.

A despeito de sua origem, contemporaneamente a arqueologia tem apresentado cada vez mais potencial para recuperar as histórias dos excluídos, minorias, daqueles que não tiveram registros escritos. Apesar de nos acostumarmos a pensar na Arqueologia como o estudo do passado mais antigo, ela tem se notabilizado por permitir a realização de pesquisas em períodos contemporâneos. Ela oferece aporte, inclusive, para atividades de pesquisa no campo da chamada “História do Tempo Presente”.

No Brasil, o movimento de aproximação da arqueologia com as questões sociais teve início com o final da ditadura civil-militar, período em que o campo padeceu de uma linha autoritária, silenciando pesquisadores que pretendiam uma renovação, como Paulo Duarte. Entretanto, a partir dos anos de 1980 foi possível contribuir com a reescrita da história de diversos temas, tais como Canudos, Contestado, movimentos de resistência à escravidão, história dos povos indígenas, entre tantos outros.

No que se refere ao estudo da ditadura civil-militar, a dinâmica própria de seu encerramento e a vigência – ainda nos dias atuais – da Lei de Anistia, que buscou “esquecer” os crimes cometidos pelos agentes do estado. Num movimento que servia menos aos perseguidos políticos do que aos próprios algozes, dificultou os estudos sobre a ditadura, em particular sobre o funcionamento da estrutura da repressão, as torturas, os desaparecimentos e mortes promovidas pelo regime. Como já mencionado, ao fim da ditadura muitos dos documentos que poderiam esclarecer aspectos do regime foram destruídos, prática que se seguiu após o término da ditadura. Ainda hoje, pesquisadores enfrentam dificuldade para pesquisar, já que em muitas instituições ainda é negado o acesso a documentos que são públicos³.

Sobre essa história pairam poderosos entraves políticos e ideológicos. Assim, para que seja contada, revelada e problematizada, a arqueologia pode oferecer luzes para recuperar aquilo que o registro oral ou escrito nem sempre é capaz de revelar, ou que as lacunas deixadas pela ação de destruição e negação de acesso aos documentos tornam inteligíveis. Por meio das análises de vestígios materiais deixados em centros de detenção, tortura e morte, celas oficiais ou improvisadas, ou por meio de

³ É o caso, por exemplo, da equipe de pesquisadores do projeto “Memória, Verdade e Justiça no Tocantins”, do Centro de Direitos Humanos de Palmas em parceria com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, da qual uma das autoras deste artigo faz parte; algumas instituições visitadas no estado do Tocantins negam ou dificultam o acesso à documentação.

escavações, a ciência arqueológica pode fornecer novos dados e dar voz a aqueles que foram silenciados pela brutalidade da ditadura. Esse aspecto evidencia uma dimensão democrática da arqueologia; em contraponto à sua origem opressora, atualmente ela possui mecanismos que permitem desmontar as versões oficiais divulgadas pelos regimes ditatoriais (FUNARI et alii, 2008).

A arqueologia, no tocante à história da última ditadura brasileira, com recursos escassos, já atuou, por exemplo, nas escavações realizadas no cemitério Dom Bosco, no bairro paulistano de Perus, onde existe uma vala clandestina, que continha mais de mil ossadas sem nenhuma identificação, acondicionadas em sacos plásticos, que seriam de “indigentes”; a vala ainda hoje é objeto de estudos, em particular da Comissão da Verdade de São Paulo. Outro caso importante em que a arqueologia atua é na recuperação dos desaparecidos na região da guerrilha do Araguaia, que se apresenta a seguir com maior detalhamento.

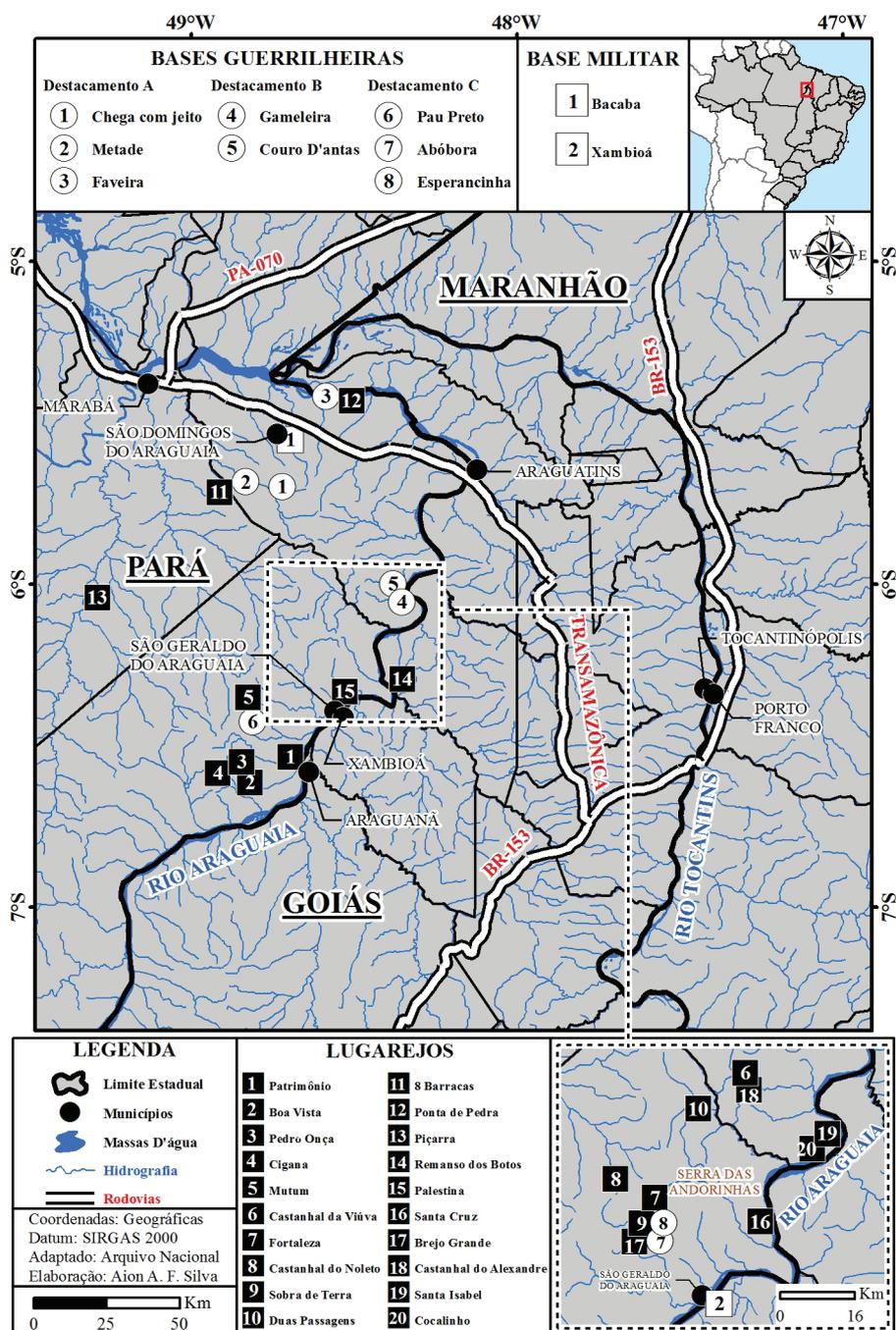


Fig. 1: Área da guerrilha do Araguaia: Bases guerrilheiras e militares

ARQUEOLOGIA E GUERRILHA DO ARAGUAIA

A guerrilha do Araguaia ocorreu entre os anos de 1972 e 1974, numa região fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (à época norte de Goiás), em torno da região tocantinense conhecida como “Bico do Papagaio”. A região se tornou

conhecida nacionalmente por ser palco de sangrentos conflitos em torno da posse da terra, com inúmeras vítimas fatais. A guerrilha foi organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), que enviou cerca de setenta militantes à região, a maioria deles desaparecidos até hoje, e é considerada pela historiografia sobre o tema como a mais duradoura e importante experiência de luta armada no campo contra a ditadura civil-militar (MECHI, 2013).

Costuma-se dividir a repressão à guerrilha do Araguaia em três fases, tendo como critério as campanhas militares desenvolvidas na região. Delas, a terceira e derradeira campanha foi a mais violenta, resultando na prisão, tortura e morte de militantes e camponeses.

A guerrilha ocorreu numa área de selva densa. Os militantes do PC do B começaram a chegar à região em 1966 e puderam ir se ambientando à vida rural, aproximando-se dos costumes, meios e modos de vida da população residente na região. Também puderam se familiarizar com a mata, fazendo treinamentos, montando pontos de apoio, identificando locais de possível refúgio, estradas principais e secundárias. Entretanto, dadas as dificuldades de guiar-se pela mata, a partir de sinais que não são conhecidos daqueles que passaram boa parte da vida em centros urbanos (caso da maioria dos militantes), este foi um trabalho muito lento e nem todos puderam desenvolver plenamente esta habilidade. O militante Glênio de Sá, por exemplo, esteve perdido na floresta por mais de um mês. Em relato sobre sua participação na guerrilha, afirma que se destacava por suas habilidades de caçador, mas que era péssimo em orientação (SÁ, 1990). Glênio foi um dos primeiros militantes a chegar à região e, apesar do treinamento, não desenvolveu um senso de orientação na mata apurado.

Afirmava-se na região que “na mata ninguém é bom”, e mesmo mateiros⁴ experientes se perdiam com frequência. Entre os militantes, também era frequente que se perdessem na mata. Mechi afirma que:

O diário de Maurício Grabois contém inúmeros relatos de atrasos em “pontos” marcados entre os guerrilheiros, pois estes se perdiam nas matas. Michéas Gomes de Almeida (Zezinho, ou Zezinho do Araguaia) considerado o melhor mateiro entre os guerrilheiros, entrou e saiu algumas dezenas de vezes da área da guerrilha, foi responsável pela retirada de alguns militantes da região, como a guerrilheira Criméia Schmidt Almeida (Alice) e Ângelo Arroyo (Joaquim). Era a pessoa que fazia a ligação da guerrilha com o partido, trazendo dinheiro, suprimentos e outros materiais para a área. Zezinho atrasava-se com frequência, às vezes por alguns dias, pois freqüentemente se perdia na mata ao tentar encontrar seu acampamento. As dificuldades para orientação nas matas eram tão grandes que algo impensável no contexto da

4 Também conhecidos como guias, os mateiros são encontrados em diversas regiões do país. São eles que guiam pesquisadores de áreas como a arqueologia, biologia, geologia, entre outras, em seus trabalhos de campo. São também guias de turistas em regiões de difícil acesso, tais como o Jalapão, no Tocantins, onde há uma cidade intitulada “Mateiros”.

guerrilha urbana era corriqueiro na região: havia uma tolerância para atraso aos “pontos” de até 48 horas (MECHI, 2012: 208).

Assim como os militantes (que após a deflagração da guerrilha passaram a ser denominados guerrilheiros) e, em alguns casos, os próprios moradores do local, as forças repressivas tiveram imensa dificuldade com a mata. Para conseguir sucesso na atividade repressiva, os militares obrigaram vários moradores a trabalharem como guia do Exército. Foi na terceira campanha que se utilizou mais sistematicamente os conhecimentos dos moradores locais sobre a mata e que, efetivamente, se conseguiu exterminar a guerrilha.

Esse aspecto é importante de ser levantado, pois esse contato mais próximo entre os moradores locais e as Forças Armadas fez com que os primeiros tomassem conhecimento de quais guerrilheiros foram assassinados, em que circunstâncias e em alguns casos, indicar se houve sepultamento e em quais locais. Foi a partir de informações prestadas por moradores que o Ministério Público dos estados do Pará, São Paulo e Distrito Federal puderam levantar que 21 guerrilheiros teriam sido presos pelas Forças Armadas, dos quais 18 foram vistos nas bases militares; todos atualmente constam nas listagens de desaparecidos e não existem registros oficiais sobre essas prisões e mortes (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2002).

Evidencia-se, assim, a íntima relação que se estabeleceu, para o esclarecimento dos episódios de violação dos Direitos Humanos na região da Guerrilha do Araguaia. Tanto entre os moradores locais, afetados sobremaneira pela repressão que se dirigiu também contra eles à época, quanto àqueles interessados em saber sobre o destino dos mortos e desaparecidos na guerrilha, entre eles familiares e pesquisadores de diversas áreas.

Convém destacar, contudo, que a movimentação em torno do esclarecimento das circunstâncias das mortes e desaparecimentos, seja na guerrilha do Araguaia, seja em outros episódios da ditadura, tem sido protagonizada pelas organizações de familiares e teve início antes do término da ditadura.

No caso da guerrilha do Araguaia, a atuação dos familiares foi responsável direta pela aprovação, em 1995, da Lei nº 9140, de dezembro de 1995 (IDEM), que resultou numa missão na região dirigida pela Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos, criada no âmbito do Ministério da Justiça. Nesta missão, foi contratada a E.A.A.F. – Equipo Argentino de Antropologia Forense, já que à época não existia no país equipes de arqueólogos com o mesmo *know-how* da equipe argentina, adquirida nos anos anteriores, durante os trabalhos de resgate e identificação de restos mortais de militantes assassinados naquele país.

Na ocasião, as escavações da equipe localizaram os restos mortais de duas

peessoas: os de Maria Lucia Petit, identificada em 1996, e os de Bergson Gurjão Farias, encontrados naquela missão, mas identificado apenas em 2009. Apesar do resultado, a EAAF pontuou que os resultados poderiam ser mais satisfatórios “caso fosse realizada uma investigação prévia, visando levantar mais dados sobre possíveis pontos de sepultamento” (IDEM).

Foram feitas novas investigações a partir da recomendação da equipe argentina, que tinham como objetivos:

- (a) reunir informações que permitissem identificar eventuais locais de sepultamento das pessoas mortas durante os combates e, se for o caso, participar de escavações, e
- (b) produzir documentos oficiais sobre esse episódio recente da história brasileira, enquanto concretização dos direitos fundamentais à informação e à verdade (IDEM).

Essas investigações foram feitas no ano de 2001. No mês de julho, foi realizado o trabalho de levantamento de informações, que resultou em 55 depoimentos de moradores locais que tiveram contato com a guerrilha; ainda em finais de julho e, posteriormente, em dezembro, foram escavados alguns dos pontos identificados durante os depoimentos dos moradores. Esse trabalho contou com o apoio técnico dos arqueólogos do museu Emílio Goeldi e com um médico legista de São Paulo (IDEM).

Nesta missão, foi verificada a existência de quatro principais bases militares, além de outras menores ou temporárias (em regiões como: Oito Barracas, no município de São Domingos do Araguaia; São Raimundo, lugarejo situado entre São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, além da base no município de Araguatins, entre outros). As principais bases foram assim identificadas:

1. Na cidade de **Marabá** – PA, mediante a utilização de 3 imóveis: sede do DNER (identificada pelos depoentes como “Casa Azul”), sede do INCRA, e um presídio militar (da PM ou do antigo grupamento de Tiro de Guerra, a depender da fonte). As instalações de Marabá foram utilizadas para interrogatórios e prisão de suspeitos de participar ou colaborar com os guerrilheiros, e possuíam pista de pouso;

2. Na localidade da **Bacaba**, sita no km. 68 da Rodovia Transamazônica (Município de São Domingos do Araguaia - PA), no local em que ficava o canteiro de obras utilizado pela construtora Mendes Junior na construção dessa rodovia. Nessa base havia pista de pouso, e uma grande área para a detenção de camponeses suspeitos, além de alojamentos para os militares e prisões para interrogatórios;

3. Na cidade de **Xambioá** (então Estado de Goiás, hoje Estado de Tocantins), às margens do Rio Araguaia. Também tinha pista de pouso e funcionou como prisão e local de interrogatórios. Foi a base das operações pelo Rio Araguaia;

4. Na cidade de **Araguaína**, então Estado de Goiás, hoje Tocantins (IDEM).

As informações desse relatório sobre essas bases militares permitiram que se desenvolvessem pesquisas posteriores na região, inclusive as que estão em curso, promovidas pela Comissão Nacional da Verdade. Atualmente, a base militar identificada na cidade de Marabá, é considerada um dos seis centros clandestinos de tortura e desaparecimentos, identificados oficialmente em 2014, mas cuja existência, os estudiosos e familiares já sabiam há alguns anos.

Apesar de identificadas as bases, nas escavações realizadas em 2001 não se encontraram evidências de sepultamento. Isso provavelmente decorre por causa das profundas mudanças ocorridas na paisagem depois de mais 40 anos do início da guerrilha, além da realização, após a guerrilha da “Operação Limpeza”, em que os militares retornaram à região para apagar os vestígios das violações que praticaram na região. Isso evidencia a necessidade de maiores investimentos para a realização dos trabalhos, que carecem de aportes tecnológicos mais sofisticados.

Em 2010, o Estado Brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos – órgão da Organização dos Estados Americanos – pela guerrilha do Araguaia. A sentença prevê que o país deve dar conta “do paradeiro das vítimas e identificar e entregar os restos mortais aos seus familiares, além de prestar atendimento médico, psicológico e psiquiátrico quando necessário” (MECHI, 2013: 30).

Graças a essa condenação, quase uma década depois, os trabalhos foram retomados no Araguaia. Foi criado o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e pelos Ministérios da Justiça e Defesa. Já foram realizadas cinco expedições na região, a maior parte delas no cemitério de Xambioá.

O GTA resgatou até o momento mais de 20 ossadas, ainda não identificadas. Entretanto, nas escavações também foram encontrados vestígios materiais que podem revelar aspectos ainda não esclarecidos das práticas repressivas, tais como garrafas, medicamentos, projéteis, pilhas, recipientes de comida vazios e até mesmo um jipe. O GTA avalia esses objetos como sinais da existência de uma base de comunicação militar no local (GRUPO DE TRABALHO ARAGUAIA, 2012). Destaque-se também que, durante a já mencionada “Operação Limpeza”, é provável que os militares tenham desenterrado algumas ossadas na região, trasladando-as para outros locais, mas é possível também que outros vestígios da atividade repressiva tenham sido “sepultados” nessa ocasião, a exemplo dos mencionados acima.

Outro dado que aparece na fala dos moradores e que a arqueologia pode contribuir para trazer maiores esclarecimentos, é sobre um tipo de prisão que existiu durante a guerrilha do Araguaia, dos quais os próprios moradores foram vítimas: é o “Buraco do

Vietnã”, que consistia em:

Um buraco com uma grade de ferro por cima, onde o preso era colocado junto com animais rasteiros – como insetos (formigas, aranhas, besouros) e animais não peçonhentos como o calango – e ali permanecia por dias, tomando sol e chuva. Sua alimentação e suas necessidades fisiológicas eram realizadas ali (MECHI, 2013: 29).

O nome desse tipo de prisão faz referência à guerra travada entre os Estados Unidos e o Vietnã do Sul, entre os anos de 1955 e 1975, período em que a guerrilha do Araguaia também se desenvolvia. Trata-se de um tipo de prisão não convencional, além de ser também um tipo de tortura que, sintomaticamente remete a outro episódio marcado por violações de direitos das populações locais, que foi o caso da guerra do Vietnã. Esse buraco também já foi denominado pelos moradores de “buraco de sal”, referindo-se a uma modalidade em que o fundo do buraco era revestido desse mineral. Na historiografia, há menções de prisões não convencionais em áreas de conflito rural, o que denota que este pode ser um caminho para compreender a repressão à população camponesa para além da guerrilha do Araguaia e da ditadura. Outra referência é encontrada na Revolta de Trombas e Formoso, ocorrida nos anos cinquenta no estado de Goiás, em que as prisões eram feitas num “caixote de madeira que cheirava a sangue” (ABREU, 2002).

Além das práticas repressivas, a arqueologia, especialmente a histórica, pode contribuir para revelar aspectos pouco esclarecidos da dinâmica da própria guerrilha e do dia a dia dos guerrilheiros. Sabe-se que os guerrilheiros montaram pontos de apoio na mata, onde estocavam remédios, alimentos, tecidos, lonas, livros e até mesmo um microscópio (SÁ, 1990). Alguns pontos de apoio foram descobertos e destruídos pelos militares; entretanto, não se sabe, até o momento, se esses materiais foram retirados ou enterrados nos locais onde estavam. Outros pontos ainda não são conhecidos, pois segundo as regras de segurança de guerrilha, em muitos casos, apenas o guerrilheiro que montou o ponto de apoio sabia a sua localização. Apesar das dificuldades em localizá-los, estes vestígios podem lançar novas luzes sobre a guerrilha.

Da mesma forma, não se tem notícias que foram feitas escavações nos três destacamentos guerrilheiros, nas regiões de Faveira, Gameleira e Caiano, conforme se vê no mapa 1. Aqui se trata de outro flanco a ser explorado pela Arqueologia, que pode se munir das indicações dos moradores locais, como já tem feito nos casos de violações dos direitos humanos promovidos por agentes do estado. Poder-se-ia contar também, como fonte, com Diário de Maurício Grabois, um extenso relato do dia a dia da guerrilha, que se julgava perdido, mas que veio à tona em 2011 (GABROIS, 2012). O diário cobre o período entre 12 de abril de 1972, quando ocorreu o primeiro ataque do Exército, ao episódio do “Chafurdo do Natal”, em 25 de dezembro de 1973, quando

seu autor foi assassinado juntamente com diversos outros guerrilheiros e considera-se exterminada a guerrilha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos levantar neste artigo alguns elementos da história da guerrilha do Araguaia que podem ser esclarecidos a partir de trabalhos arqueológicos. É de fundamental importância que se avance nos estudos dos vestígios materiais dos episódios de repressão e resistência no período ditatorial e isto só poderá ser feito de forma profunda com a criação de equipes interdisciplinares, que contem com a presença de arqueólogos. Ao avançar nesses estudos, novas questões podem surgir e novas interpretações podem ser sugeridas para a análise de outras fontes documentais, inclusive as fontes escritas.

Desse modo, fica evidente que o esforço para esclarecer a natureza do contexto repressivo instituído com a última ditadura e as formas de resistência à ela devem contar com o recurso, de uma maneira mais sistemática, dos estudos arqueológicos. Sem eles, torna-se difícil avançar na questão da garantia dos direitos humanos no país e garantir o direito à memória e a verdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S. de B. *De Zé Porfírio ao MST: A luta pela terra em Goiás*. Brasília: André Quicé Editor, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés & REIS, José Alberioni dos. *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: AnnaBlume e FAPESP, 2008.

GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois*. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Di%C3%A1rio_de_Mau%C3%ADcio_Gabrois.pdf acessado em 15 de maio de 2012.

GRUPO DE TRABALHO ARAGUAIA. *Relatório de conclusão. 04 de novembro de 2011*, fl 22. Disponível em: <http://2ccr.pgr.mpf.gov.br/coordenacao/grupos-de-trabalho/justica-de-transicao/relatorios-1/relatorio-final-gta-2011/Relatorio%20Final%20de%202011.PDF> acessado em: 10 de julho de 2012.

JUSTAMAND, Michel; MECCHI, Patrícia Sposito & FUNARI, Pedro Paulo A. No prelo. “Repressão política e direitos humanos: arqueologia, história e memória da ditadura militar brasileira”. in: MECCHI, P. S, e MELLO, W. F. *Questões da ditadura: violência, vigilância, projetos e contestações*. Palmas: Editora da UFT, 2014.

MECHI, Patrícia Sposito. *Protagonistas do Araguaia: trajetória, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha*. Tese de Doutorado, PUC-SP, 2012.

MECHI, Patrícia Sposito. “Contra a revolução, a barbárie”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Dossiê Guerrilhas. N. 90, março/2013.

MECHI, Patrícia Sposito. “Camponeses do Araguaia: da guerrilha contra a ditadura civil-militar à luta contemporânea pela terra.” *Projeto História* (PUCP/SP), São Paulo, n. 46, pp. 167-195, abril/2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradorias da República do Pará, São Paulo e Distrito Federal. *Relatório Parcial das Investigações sobre a guerrilha do Araguaia*, Brasília, janeiro/2002.

SÁ, Glênio. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.